

Jantar de comemoração dos 10 anos da
Associação dos Juristas de Língua Portuguesa
(Hotel Vila Galé, Paço de Arcos, 10/12/2019 – 20h)

Maria da Glória F.P.D. Garcia

(Professora Catedrática de Direito Público da Universidade Católica Portuguesa)

Minhas senhoras,

Meus senhores,

Meus amigos,

I

A noite é de festa!

Celebram-se, simultaneamente, a primeira década de vida da ***Associação dos Juristas de Língua Portuguesa*** e os 71 anos da **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. É um momento com sentido de festa. Foi a festa que nos trouxe aqui.

Solicitaram-me que proferisse umas palavras. Procurei inspiração na Declaração Universal dos Direitos Humanos e esta conduziu-me à liberdade.

II

A Declaração Universal da Organização das Nações Unidas nasceu de um sentimento de indignação que se convolou em esperança: indignação perante os horrores perpetrados na 2ª Grande Guerra e esperança num mundo melhor.

Nas reflexões sobre o «*Anjo da História*» de Paul Klee, que, horrorizado com a destruição que os seus olhos veem, é empurrado pelo vendaval que lhe enreda as asas e o afasta da agonia e aflição do passado, Walter Benjamin parece apontar no sentido de que o futuro não promete a felicidade, mas pode ser menos mau do que o passado, de que se foge. Foi perante a certeza de um passado estigmatizado por guerras mundiais e pelo holocausto, e o futuro em aberto que os Estados se comprometeram, há 71 anos, sabendo, com Pascal, que «*o ser humano é como uma cana frágil, mas é uma cana que pensa*».

Juntos na indignação e na capacidade de reinvenção do Homem, a Declaração fez a diferença para melhor, densificando valores, em liberdade, sustentados na dignidade humana e consequentes direitos. As diferenças culturais entre povos, longe de criarem desvios e causarem entropia na discussão, empobrecendo-a, nela introduzem múltiplas e renovadas análises e aprofundamentos, de privação e abusos, que enriquecem a compreensão dos direitos, adensam o seu exercício, identificam conflitos entre eles e apontam vias de solução.

Apesar disso, volvidas sete décadas, os ziguezagues, sobressaltos e atropelos democráticos, o desrespeito pelos direitos humanos são visíveis. Mas os ganhos humanos e de bem-estar são também visíveis e neles reside a energia que emana da Declaração Universal, transmitida a cada pessoa na autonomia de se saber livre e se projetar no agir.

Mas o cenário mundial mudou radicalmente nos últimos anos, desde logo na audácia de nos olharmos humanamente. A pressão do desejo de eternidade, que acompanha o Homem, leva-o a procurá-la para além dele, concretamente em máquinas onde procuram verter a mente humana. Os algoritmos e os códigos que lhe andam associados e permitem o desenvolvimento da robótica e da inteligência artificial, estão a dar força a esse desejo de eternidade, bem como a conseguir interferências no cérebro humano...

Porém, diferentemente dos algoritmos e respectivos códigos, que alimentam a robótica e a inteligência artificial, os organismos vivos têm uma composição substantiva específica, capaz de sentir e responder. E são os sentimentos como a alegria e a indignação, a dor e o prazer, o fracasso e a glória, que permitem moldar culturas, dar corpo a princípios e códigos éticos, respostas conscientes à formulação de ideias como a recompensa e o castigo. A liberdade de dizer sim ou de dizer não a esses códigos faz parte das respostas humanas aos sentimentos, respostas que não estão definidas na matéria biológica inicial, porque, no seu interior, ecoam sentimentos retidos do passado, bem como em *«memórias que os seres humanos construíram em relação ao futuro antecipado»*.

Em suma, os sentimentos afastam a *«versão algorítmica da humanidade»* e reconduzem o Homem à condição de ser mortal, imaginativo, mas impotente perante a morte. Por outro lado, são os sentimentos, bons e maus que permitem ao Homem, longe dos seus dispositivos biológicos básicos, encontrar livremente, através de meios culturais, novos equilíbrios. Sentir a vida, o que só é possível em relação com o ambiente, natural e humano, escancarou portas à liberdade de a conformar, individual e colectivamente, e,

logo, abriu caminhos a processos culturais diferenciadores, apesar da origem comum da humanidade.

III

A liberdade é uma responsabilidade de todos e envolve o dever de a exercer e transmitir como direito.

Sabe-se que o mundo global é profundamente desigual, no plano económico e da iliteracia. A luta pela liberdade não pode, por isso, dissociar-se da luta contra a pobreza e contra o analfabetismo, para que as diferenças de acesso à saúde e aos cuidados de início e de fim de vida não criem diferenças biológicas desequilibradoras do género humano, e todos possam ser livres por igual.

Acresce que a tendência para fundir as tecnologias da informação com a biotecnologia, na procura do algoritmo que resolva todos os problemas e, logo, também os humanos, e no qual a aprendizagem seja automaticamente assumida, conduzem ao enfraquecimento da liberdade, quando não ao apagamento da pessoa, no que é o oposto do seu entendimento como fim em si e do entendimento da ordem que deve reger a comunidade humana, como ordem de direito. A possibilidade de artificialmente identificar medos e alegrias, raivas e sofrimentos e usar essa informação para manipular opções pessoais conduz ao esboroamento da liberdade e, no limite, como o professor da Universidade de Jerusalém Yuval Noah Harari evidenciou, à «irrelevância» da pessoa. Daí que a luta pela liberdade coincida com a luta por viver numa ordem de direito, pelo sentir o que se está a passar, pela consciência desse sentir, sabendo que a consciência não é tanto o imediato do sentir mas o pensar medido, comparado, o «*pensar com lastro*», que procura entender humanamente o sentir. Uma luta subtilmente presente no filme «*O Ditador*» (1940), de Charlie Chaplin: «*pensamos demais e sentimos de menos. Precisamos mais de humanidade do que de máquinas*».

O acto de pintar, fazer um poema, uma peça musical, o acto que une os juristas de língua portuguesa numa associação, a aprovação de uma declaração de direitos universal são exteriorizações de sentimentos em que, individual ou comunitariamente, buscamos sentido para a vida. Dar a resposta adequada ao que sentimos é o que o momento actual de nós exige, «*antes que os algoritmos a compreendam por nós*».

Quem nascer hoje (10 de dezembro de 2019), tem possibilidade de festejar os 150 anos da **Declaração Universal**, os 100 anos da **Associação de Juristas de Língua Portuguesa**, e de viver no **século XXII**. O que o identificará não são as competências tecnológicas, mas as humanas. O mundo que o irá

acolher depende do modo como, em conjunto, exercermos a liberdade, de acordo com a definição das prioridades que fizermos. Não, porém, uma definição definitiva e absoluta, antes a que admita a dúvida, mantenha a lucidez de compreender o erro, incuta força para tentar de novo, em tudo dando continuidade ao fio orientador da vida.

«Mas isso (tristes de nós que trazemos a alma vestida!)», como dizia Fernando Pessoa, «Isso exige um estudo profundo/ / Uma aprendizagem de desaprender».

Muito obrigada pela vossa atenção!